

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.660 - DF (2019/0111601-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : R C DOS S
ADVOGADO : CLÁUBER MADUREIRA GUEDES DA SILVA - DF026492
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ, e ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Aduz a defesa que a referida fundamentação *carece de verossimilhança, eis que não há que se falar em revolvimento da matéria fática, bem como pelo fato de que houve sim uma análise jurídica entre os acórdãos apontados para o dissídio jurisprudencial, além da devida transcrição e destaque para os trechos necessários dos julgados* (fl. 400).

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

Aponta a defesa violação do art. 155 do CPP, além de dissídio jurisprudencial.

Menciona que a condenação foi baseada tão somente no depoimento da vítima não foi ratificado em juízo.

Ressalta que *não houve sequer o mínimo de cautela na colheita do depoimento da vítima, haja vista que, por ser incapaz, deveria ter ao menos a presença de sua mãe, ou representante legal no ato, mais um motivo que demonstra a necessidade de confirmação em juízo* (fl. 333).

Requer, assim, o provimento do recurso, a fim de que seja concedido o efeito suspensivo ao recurso, bem como pleiteia a absolvição do réu.

Superior Tribunal de Justiça

Observa-se, quanto ao dissídio, que a comprovação da divergência jurisprudencial cabe a quem recorre, devendo este demonstrar nas razões recursais as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Para tanto, é indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto do acórdão recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, o que não ocorreu na espécie (REsp 1642748/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 20/04/2017).

A simples transcrição de ementas soltas e anexação dos julgados **sem que nas razões recursais tenha sido demonstrada a similitude entre os julgados** e a divergência de resultados diferentes, desrespeita os requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RISTJ) impedindo o conhecimento do recurso especial previsto na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Nesse mesmo sentido: AgRg no AREsp 991.861/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 11/05/2017; AgRg no AREsp 1041527/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 07/06/2017.

No mais, asseverou o Tribunal de origem (fls. 301-306):

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

O conjunto probatório demonstra tanto a autoria quanto a materialidade do crime de estupro de vulnerável. Destaco: Portaria de Instauração de Inquérito (fl. 2-0); ocorrência policial (fls. 3/5); Relatório Social (fls. 6/8); Relatório de avaliação e intervenção educacional (fls. 11/18); Relatório de entrevista com a vítima (fls. 20/33); Laudo Psicológico (fls. 112/115); Parecer Técnico (fls. 169/173) e provas orais coligidas nos autos.

[...] O acusado, em Juízo, utilizou seu direito constitucional ao silêncio (mídia à fl. 185). Entretanto, em sede inquisitorial afirmou (fl. 48):

"que conhecia Iara desde que ela foi à Bahia visitar a sua família. Que há dois meses já vinha acontecendo um envolvimento entre o declarante e Iara, quando deram alguns beijos em algumas ocasiões em que ficaram sozinhos em casa de parentes. Que nesse dia, 04/10/2014, o declarante foi à casa de Iara e a encontrou sozinha em casa. Que chegou, encontrou o cadeado no portão, mas o cadeado não estava fechado. Que tirou o cadeado, abriu o portão e entrou.

Perguntou se seu irmão estava em casa, Iara respondeu que seu padrasto não estava em casa. Aí, como estavam sozinhos, ele tentou ter uma relação com Iara e ela quis também. Que a abraçou e a levou pela mão para o quarto da mãe dela. Que lá, começaram a se despir (...). Nada foi forçado, aconteceu. (...).

Que foi à casa de Iara com a camisinha no bolso já com essa intenção, pois já

estava acontecendo um envolvimento entre os dois. Que, entretanto, afirmou que, se ela não quisesse, nada teria feito. Que ela já 'dava em cima' dele há algum tempo, passando a mão em seu tórax, sempre que tinha oportunidade. Que sabia que ela tem dezesseis anos, que é portadora de problema mental com retardo mental e que já tinha sido vítima de abuso sexual quando criança."

A confissão do acusado em sede inquisitorial apresenta consonância com os demais elementos probatórios presentes nos autos. **A genitora da ofendida, em testemunho judicial, narrou versão coerente e harmônica com os relatos descritos perante a autoridade policial**, nos seguintes termos:

"Que estava em um almoço na casa da irmã de seu marido; que a Iara chegou por volta de 12h no local; que mandou Iara ir para casa tomar banho e depois voltar para almoçar; que mandou Iara trancar o portão de casa; que Iara demorou por volta de 02 horas para voltar para almoçar; que na Segunda-Feira foi arrumar a casa e levantou a cama de Iara e viu uma embalagem de camisinha; que interpelou Iara sobre a camisinha, que Iara não queria falar; que depois de insistir Iara disse que foi "Buda", apelido de Ricardo (acusado); que Iara disse que o acusado entrou, a agarrou e pronto; que Iara não disse mais nada; que a depoente perguntou se o acusado "transou" com sua filha e Iara confirmou o fato; que perguntou para o acusado o que ele havia feito com Iara; que Ricardo afirmou que não teria feito nada; que Iara indagou Ricardo se ele iria mentir para sua Mãe; que Ricardo então se ajoelhou perante a depoente e pediu perdão e disse que tinha tido relação sexual com Iara e prometeu que não iria fazer mais nada com Iara; que disse a Ricardo que ele sabia do problema da sua filha; que não manteve mais contato com o acusado; que ano passado teve outro almoço de dias das Mães; que por volta das 17 horas mandou Iara para casa; que quando chegou em casa Ricardo tava lá; que quando Ricardo percebeu a chegada da depoente e se escondeu; que Iara não nutria sentimentos pelo acusado; que a depoente achava que a relação deles era de tio para sobrinha; que a escola disse que Iara tava mais angustiada após os fatos; que Iara parou de andar sozinha; que Iara sabe o que é o ato sexual; mas não entende a gravidade da situação; que a depoente não acredita que Iara consentiu no ato; que Iara é propensa a manter relação sexual com qualquer pessoa; que a deficiência de Iara a prejudica no discernimento do ato sexual; que o acusado e a família inteira sabem da deficiência de Iara; que acredita que ele se aproveitou da deficiência da vítima para realizar o ato sexual." (mídia à fl. 185)

Verifica-se, ainda, pela prova oral coligida aos autos que o acusado tinha plena ciência da condição de deficiente mental da vítima, já que é irmão do padrasto dela, e, por este parentesco, tinha acesso aos encontros de família e livre trânsito à residência.

Assim, sem razão a defesa ao alegar ausência de prova da ciência do apelante quanto à incapacidade da vítima.

É irrelevante o resultado negativo do Laudo de Exame de Corpo de Delito (fls. 36/37), visto que em delitos desta espécie os atos praticados nem sempre deixam vestígios, bem como a materialidade do crime pode ser comprovada por outros meios de prova, como no caso dos autos.

Noutro giro, a vítima contava com 16 (dezesseis) anos à época dos fatos e apresenta deficiência mental em grau acentuado, fato provado pelos depoimentos de sua genitora, além do Relatório Social (fls. 6/8), Relatório Médico (fl. 10), Avaliação Psicopedagógica (fls. 12/18), depoimento prestado na Delegacia (fls. 29/33), Relatório Técnico Psicológico da PCDF (fls. 112/115) e Parecer Técnico da Coordenadoria Psicossocial Judiciária (fls. 168/173).

Por fim, quanto à legalidade das declarações prestadas pela vítima na Delegacia, bem como aparente inconsistência entre estas e a versão dada em Juízo, bem fundamentou o MM. Juiz (fls. 198/199 e versos):

"(...) Quanto à versão da vítima, cumpre relatar que, em casos de estupro de vulnerável, a colheita do depoimento da vítima em sede policial é realizada por intermédio de entrevista, ambiente em que um agente de polícia especializado e preparado realiza uma série de atividades com a vítima de modo a atestar a capacidade dela em dizer a verdade, memorizar situações e de perceber a realidade em sua volta, tudo com vistas a garantir veracidade ao depoimento e o bem estar da vítima vulnerável.

Portanto, a impugnação da defesa ao depoimento prestado pela vítima em sede policial não merece qualquer guarida, mesmo porque não existem razões nos autos que permitam se questionar a integridade do agente que conduziu tal depoimento. Inclusive, há de se pontuar que o modo como a polícia vem atuando com as vítimas dessa espécie de crime é exemplar e recomendada pela maioria dos especialistas na área.

Com efeito, a prova reunida no curso da investigação policial não deixa a mínima margem para dúvida. A vítima, em sede policial, narrou, in verbis:

'Eu tava na sala. Ele veio pra sala e me agarrou e me beijou. Da sala ele me levou para o quarto da minha mãe. Lá ele tirou a roupa dele, depois ele tirou minha roupa. Aí a gente tava deitado na cama da minha mãe. Na hora da relação, ele usou camisinha, eu vi ele tirando da embalagem.

Ademais, a vítima informou que o acusado pediu para que ela não contasse nada a ninguém. De relevo, a vítima ainda acrescentou que não tinha qualquer interesse em se relacionar com o acusado, tendo inclusive relatado que na ocasião não pediu ajuda porque ficou com medo.

Assim, conquanto a vítima tenha relatado situação diversa em sede judicial, tenho que essa versão não guarda consonância com as demais provas dos autos, mesmo porque uma rápida e perfunctória análise dos autos permite atestar que a versão da vítima em sede judicial não possui conexão temporal com a data dos fatos, fato a corroborar isso é a menção à sua filha, que sequer era nascida deste processo.

Inclusive, há de se pontuar que, segundo laudo pericial de fls. 169/173, a vítima possui dificuldades de se localizar temporalmente, asseverando que ela provavelmente não tem condições de rememorar alguns fatos com precisão.

E, o que se deflui de seu depoimento, é justamente a desconexão temporal e a mistura de fatos.

É possível verificar que o fato narrado pela vítima em sede judicial é muito semelhante ao narrado por sua mãe a respeito de um segundo momento em que Ricardo foi flagrado tentando se relacionar com a vítima e que ocorreu em tempo mais recente, no ano de 2017.

Ou seja, **pelo confronto dos depoimentos judiciais da vítima e de sua genitora**, é possível notar que a vítima realmente se confundiu quanto aos fatos, o que corrobora as conclusões do laudo pericial de fls. 169/173, que, como dito acima, afirmou que a vítima possui dificuldades de se localizar temporalmente.

Nessa mesma linha, no laudo de psicológico de fls.112/115, a vítima informa que não se lembra direito dos fatos, mas sabe que Ricardo abusou dela, in verbis:

'Questionada sobre o motivo do encaminhamento para realização do presente exame, falou 'não lembro direito do que aconteceu, só lembro que ele abusou de mim, não tenho mais contato com ele'.'

Tal laudo foi confeccionado em 02/03/2017, demonstrando que, já naquela época, a vítima já possuía certa dificuldade de se localizar temporalmente em relação aos fatos e de lembrar com precisão de questões relativas ao abuso.

Portanto, somando-se todas as circunstâncias do caso concreto, entendo que, para se averiguar a realidade dos fatos relatados pela vítima, é necessário realizar um cotejo analítico de todas as informações prestadas pela vítima ao longo do processo.

Realizando tal cotejo, verifico que é certo que a relação sexual ocorreu exatamente nos termos relatados pela vítima em sede policial, quando de sua entrevista, e que, posteriormente, no ano de 2017, o acusado realizou uma nova tentativa de se relacionar com a vítima, que não se consumou unicamente porque a mãe da vítima chegou à residência da família antes que o acusado conseguisse seu intento. Inclusive, isso é o que se extrai do depoimento da vítima em sede judicial, a qual afirma o seguinte:

'que se sua mãe não tivesse chegado naquela hora acredita que o acusado teria feito tudo com ela.' Dessa forma, pelas provas e elementos de convicção colhidos nestes autos, é possível concluir com segurança que houve relação sexual entre a vítima e o réu, preenchendo assim o primeiro requisito) para uma condenação em sede de estupro de vulnerável. (...)"

Desse modo, inviável acolher a tese defensiva de absolvição, uma vez que as provas colhidas são suficientes para subsidiar um decreto condenatório.

[...] Pelo exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a r. sentença na sua integralidade.

A atual sistemática processual adotou o princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado, previsto no art. 155 do Código de Processo Penal, o qual dispõe que o magistrado pode apreciar livremente a prova, desde que apresente fundamentos concretos sobre a sua convicção. Desse modo, o sistema

processual brasileiro confere ao juiz liberdade para valorar a prova, pautado no livre convencimento motivado, fruto da sua independência funcional, podendo formar sua convicção ponderando as provas que reputar devidas. Sobre o tema, confirmam-se:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE CONCUSSÃO. DOSIMETRIA DA PENA. REVISÃO. MATÉRIA JÁ ANALISADA EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. FRAGILIDADE DA CONDENAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO. GRAVAÇÃO AMBIENTAL. CAPTAÇÃO POR UM DOS INTERLOCUTORES. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. **Se o Tribunal de origem, soberano na análise do material cognitivo, concluiu que o Juiz sentenciante analisou as provas produzidas na fase inquisitorial em consonância com os depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo, não há falar em violação do art. 155 do CPP, uma vez que, observado o princípio do livre convencimento motivado, o magistrado pode formar sua convicção ponderando as provas que desejar.**

3. Verificar a fragilidade do conjunto fático-probatório encontra óbice no enunciado sumular 7/STJ, o qual veda o reexame de provas na estreita via do recurso especial.

4. É pacífico, neste Superior Tribunal e no Pretório Excelso, que a gravação ambiental, realizada por um dos interlocutores, com o objetivo de preservar-se diante de atuação desvirtuada da legalidade, prescinde de autorização judicial (RHC 31.356/PI, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/3/2014, DJe 24/3/2014).

5. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1205036/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015).

Da leitura do acórdão, denota-se que o decreto condenatório fundou-se não só nos elementos produzidos na fase investigativa, mas também na fase judicial, notadamente o depoimento da mãe da vítima em juízo. Soma-se a isso, fato posterior, ressaltado pelo magistrado de piso, de que o acusado *realizou uma nova tentativa de se relacionar com a vítima, que não se consumou unicamente porque a mãe da vítima chegou à residência da família antes que o acusado conseguisse seu intento* (fl. 248).

Nesse contexto, tem-se que a condenação não se lastreou apenas na prova colhida no inquérito policial, concluindo o Juízo de 1ª instância e o Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem pela existência de elementos coerentes e válidos, inclusive judicializados, registrando que *as provas colhidas são suficientes para subsidiar um decreto condenatório* (fl. 306), o que afasta a tese de ofensa ao art. 155 do CPP.

Vale ressaltar que aferir a fragilidade do conjunto fático-probatório encontra óbice na Súmula 7/STJ, a qual veda o reexame de provas na estreita via do recurso especial. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. MERO INTERESSE DE OBTER NOVO JULGAMENTO. OFENSA AOS ARTS. 155, 386, INCISOS VI E VII E 563 DO CPP. TESE DE CONDENAÇÃO FUNDADA, EXCLUSIVAMENTE, EM ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL. SUFICIÊNCIA DA PROVA JUDICIAL PARA CONDENAÇÃO. ANÁLISE QUE DEMANDARIA REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 385 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA. MANIFESTAÇÃO NÃO VINCULANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

II - Entender que seria nulo o julgamento, por ausência de prova judicial suficiente à condenação, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório reunido nos autos, o que não se coaduna com os estreitos limites do recurso especial, que serve apenas para revisão de questões eminentemente jurídicas, a teor do enunciado sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

III - O juiz deve obedecer ao princípio do livre convencimento motivado e, mesmo diante de manifestação do Parquet em sentido diverso, pode decidir pela condenação, já que tal manifestação não vincula o julgador.

Agravo regimental desprovido (AgRg nos EDcl no AREsp 984.161/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018)b

Ante o exposto, nego provimento ao agravo e julgo prejudicado o pedido de efeito suspensivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

